



Foto de J. Freitas

Lideranças indígenas afirmaram ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que não querem deixar a área que ocupam desde 1958 junto à Asa Norte de Brasília. O governo do Distrito Federal pretende criar no local o Setor Noroeste, bairro para 40 mil pessoas. Segundo os índios, a Constituição garante o direito à terra que ocupam. **7**

CPI da Pedofilia ouvirá dirigentes da Microsoft

A CPI da Pedofilia aprovou ontem o plano de trabalho para o segundo semestre, que inclui audiências com dirigentes da Microsoft e do portal MSN/Hotmail, além de representantes dos sites de relacionamento Facebook e Bebo. O presidente da comissão, Magno Malta, anunciou apoio à investigação do caso da menina

Madeleine McCain, desaparecida em Portugal, e a entrega ao embaixador da Índia, Hardeep Singh Puri, de dados sobre pedofilia naquele país. A CPI também vai realizar em Vitória, entre os dias 15 e 17, reunião para ouvir cerca de dez menores vítimas de abuso sexual e tomar o depoimento de quatro acusados. **7**

Nova licitação vai substituir contratos na Casa

Garibaldi afirma que, até a publicação do edital, os contratados pela Conservo, Ipanema e Brasília Informática continuarão trabalhando

O Senado realizará, em até 60 dias, uma nova licitação para substituir os contratos da instituição com as empresas Conservo, Ipanema e Brasília Informática, sobre os quais há suspeitas de fraude em apuração pela 10ª Vara da Justiça Federal. O anúncio foi feito

ontem pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves. O senador esclareceu que, até que se publique o novo edital, os contratados pelas três empresas continuarão trabalhando normalmente. Disse que designou seu chefe de gabinete, Florian Madruga, para presidir a licitação. **3**



Jane Araújo

Garibaldi Alves (C), ao lado do ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, conversa com Marco Maciel



J. Freitas

Simon (E) propôs enviar carta a candidatos à Presidência dos Estados Unidos

Comissão protesta contra frota naval americana

A Comissão de Relações Exteriores decidiu enviar aos principais candidatos à Presidência dos Estados Unidos uma carta de "preocupação" com a decisão do atual presidente, George W. Bush, de reativar a Quarta Frota da Marinha norte-americana, cuja área de atuação é o Atlântico Sul. **2**

Senadores comentam aumento da classe média

Tião Viana, Augusto Botelho e Paulo Paim comemoraram a redução da pobreza e o aumento da classe média brasileira revelados em pesquisas. Já Mário Couto diz que problemas do país não permitem festejar. **6**

Em busca de lei para candidato com ficha suja

A líder do PT, Ideli Salvatti, afirmou ontem que a tramitação mais rápida de processos judiciais poderia barrar a candidatura de político com ficha suja. E o caminho para isso, apontou, está

em projeto aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara. Também o presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que cabe ao Legislativo encontrar uma solução para o problema. **3**



Leopoldo Silva

Josué, o geógrafo que mapeou a miséria

Objetivo de Josué de Castro era indicar instrumentos para combater a desnutrição, lembram senadores ao reverenciar memória do autor de *Geografia da fome*. **8**

A trajetória de Josué de Castro como intelectual, político e militante de causas sociais é lembrada em exposição no Senado

Comissão enviará carta aos candidatos à Presidência dos Estados Unidos protestando contra manutenção da unidade da Marinha norte-americana em águas sul-americanas

Reativação da Quarta Frota preocupa senadores da CRE

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu ontem enviar aos dois principais candidatos à Presidência dos Estados Unidos, Barack Obama e John McCain, uma carta de "preocupação" com a decisão do presidente George W. Bush de reativar a Quarta Frota da Marinha norte-americana, cuja área de atuação é o Atlântico Sul.

A proposta de envio da carta aos dois candidatos foi apresentada pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS), que já conversaram sobre o assunto com o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Clifford Sobel. O texto definitivo do documento será aprovado depois de audiência pública a respeito da reativação da frota, com a presença do ministro da Defesa, Nelson Jobim, na próxima quarta-feira.

– Será muito importante a audiência com o ministro Jobim, que está disposto a fazer uma ampla exposição não só sobre a Quarta Frota, como também a respeito da questão do mar territorial brasileiro – disse Simon.

A carta deverá mencionar a recente aprovação, pelos parlamentos do Mercosul e Amazônico, de declarações contrárias à



Heráclito (D) preside reunião da CRE, que decidiu fazer audiência sobre as Farc

reativação da Quarta Frota.

O presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), recordou que a embaixada dos Estados Unidos convidou os senadores da comissão a acompanhar a eleição americana e sugeriu que aqueles que forem a Washington manifestem pessoalmente aos dois candidatos a preocupação com a reativação da unidade militar.

Farc

O colegiado também aprovou requerimento do senador Jefferson Praia (PDT-AM) para realização de uma audiência pública sobre o impacto da atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) sobre a Amazônia. Ele

sugeriu que sejam convidados para a audiência o embaixador da Colômbia no Brasil, Tony Jozame Amar; o jornalista William Waack, da Rede Globo; e o analista político Ricardo Vélez Rodrigues, diretor do Instituto de Pesquisas Estratégicas da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG).

– A minha preocupação é com a nossa Amazônia – explicou Jefferson Praia.

Pedro Simon afirmou ainda que voltaria a conversar com o embaixador brasileiro em Paris sobre a data da visita ao Senado brasileiro da ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt, que aceitou o convite para falar sobre o período que passou sob o domínio das Farc.



Pedro Simon manifesta estranheza diante da decisão norte-americana

Senador questiona as razões da volta da Quarta Frota

Após discursar ontem em Plenário, Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a comentar a reativação e vinda da Quarta Frota da Marinha norte-americana para águas da América Latina. Na opinião dele, o assunto só deveria ser discutido após as eleições para a Presidência dos Estados Unidos, em novembro. O senador ressaltou que veicu-

los da imprensa internacional levantaram a hipótese de o fato ter ligação com as recentes descobertas de grandes reservas de petróleo no litoral brasileiro e com as atuais discussões sobre a preservação e o controle da Amazônia.

– As manchetes do mundo inteiro estão ligando a vinda da Quarta Frota a estas duas questões: petróleo em águas profundas e Amazônia. Por que um presidente com índices tão baixos de aprovação, às vésperas de uma eleição, toma uma decisão como essa? Daí a razão

de escrevermos cartas para os dois candidatos, manifestando a estranheza do Brasil. Diga-se de passagem, é estranheza do Mercosul – disse Simon.

O senador afirmou ainda que os Estados Unidos “não são os donos nem a polícia do mundo”, não havendo motivos para a referida frota “aterrorizar e assustar os americanos aqui de baixo”.

– Acho que algo deve ser feito e que nós podemos, talvez, até impedir que essa Quarta Frota venha para os mares do sul – concluiu o parlamentar.

Dez acordos internacionais têm parecer favorável

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) concedeu ontem parecer favorável a dez acordos internacionais:

- Trilateral sobre navegação mercante, entre Índia, Brasil e África do Sul (127/08);
- Cooperação técnica com a República Dominicana (99/08);
- Serviços aéreos com a Nigéria (100/08);

- Cooperação técnica com o Benin (126/08);
- Revisão dos estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- Defesa da concorrência com a Argentina (111/08);
- Cooperação na área de defesa com Portugal (144/08);
- Cooperação econômica com a Hungria (156/08);
- Cooperação judiciária com o Líbano (118/08); e

- Suspensão de vistos com a Lituânia.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse ter recebido resposta inconclusiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o pagamento à Marinha de *royalties* relativos à exploração de petróleo e gás. O presidente da comissão, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), sugeriu que Azeredo solicitasse novos esclarecimentos ao governo.

Seminário amplia prazo para a apresentação de trabalhos

Foi prorrogado para o dia 15 de agosto o prazo para a apresentação de trabalhos às sessões de comunicações orais intituladas Pesquisa Institucional sobre o Legislativo, a serem realizadas no âmbito do II Seminário Internacional de Estudos sobre o Legislativo – 20 anos, que acontece de 9 a 11 de setembro, no auditório da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília (UnB).

As propostas devem ser enviadas por e-mail para um dos seguintes endereços: estudos.legislativo@senado.gov.br, 2seminario2008@unb.br, copos.cefor@camara.gov.br ou isc@tcu.gov.br.

A data de divulgação da lista dos trabalhos selecionados

para a apresentação continua sendo dia 20 de agosto. Os candidatos vão ser avisados sobre o resultado por meio de seus e-mails e dos sites das entidades organizadoras. Serão escolhidos, no máximo, 16 trabalhos, cuja apresentação ocorrerá no segundo dia do seminário – 10 de setembro. A seleção das propostas ficará a cargo de uma comissão técnica constituída por membros indicados pelos organizadores do evento.

O seminário é promovido pelo Senado Federal – por meio da Universidade do Legislativo (Unilegis) e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) –, em parceria com a UnB, a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União.



Na feira de livro da cidade, Senado apresenta cinco novas publicações históricas

Senado entrega obras em braille para entidades em Mossoró

O Centro de Apoio ao Deficiente Visual e a Associação dos Deficientes Visuais de Mossoró vão receber nesta sexta-feira, às 18h, no estande do Senado Federal instalado na 3ª Feira do Livro de Mossoró, no Rio Grande do Norte, uma coleção de publicações em braille que inclui a Constituição de 1988, a Constituição do Rio Grande do Norte, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor e a Lei de Doação de Órgãos.

O Conselho Editorial levou para o público leitor de Mossoró cinco novas publicações, além de parte das que constam no seu catálogo: *Caminhos do açúcar – Engenhos e casas-grandes das Alagoas*, de autoria de Douglas Apratto Tenório e Cármen Lúcia

Dantas; *Três ensaios de História Colonial*, de Corcino Medeiros dos Santos; *Viagem pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e Arinos*, de Bartolomé Bossi; *Recordações de guerra e de viagem*, do Visconde de Taunay; e *30 anos na Paraíba – Memórias corográficas e outras memórias*, de Leon Clerot.

O estande do Senado na Feira do Livro de Mossoró também inclui uma exposição de documentos importantes para a história do Brasil e do Rio Grande do Norte. Entre outros, estão sendo exibidos para o público a Lei Áurea e o diploma expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral quando Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão do Plenário dedicada a discursos

A sessão, às 9h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão José Nery (PSOL-PA), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Romeu Tuma (PTB-SP).

“Congresso deveria legislar sobre inelegibilidade”

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse ontem que cabe ao Parlamento, por determinação da Constituição, legislar sobre a inelegibilidade de candidatos acusados de improbidade – os chamados candidatos de ficha suja.

Ele frisou que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que impediu os Tribunais Regionais Eleitorais (TRES) de barrar as candidaturas de quem responde a processo criminal, podia ter sido dispensada se o Legislativo tivesse agido antecipadamente.

Perguntado se um projeto que impedisse essas candidaturas seria facilmente aprovado no Congresso, já que existem parlamentares processados, Garibaldi respondeu que esse seria um processo muito mais democrático de decisão. Ele mencionou a proposta de emenda à Constituição (PEC) com que o senador Demostenes Torres (DEM-GO) tentou regulamentar esse assunto, reconhecendo que tudo depende dos líderes.

– É difícil, mas acho que isso poderia passar. É possível que, com essa decisão do STF, nós possamos ter dificuldade porque de qualquer maneira se dirá que o próprio Judiciário resolveu não decidir sobre isso. Mas creio que o Legislativo é que pode tomar uma decisão dessas. Eu, solitariamente, não posso dizer que vou empreender isso, que vou tratar disso, mas, com o apoio dos líderes, nós poderíamos ter a discussão da proposta, o aperfeiçoamento dela. Preciso ter o apoio deles para que possamos ter essa discussão.

Qualquer proposta só é colocada na pauta se decidido pelos líderes – acrescentou.

Garibaldi participa de debates em SP

Na próxima segunda-feira acontece em São Paulo o Fórum de Debates Político e Empresarial, do qual participará Garibaldi Alves, presidente do Senado, a convite da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADV-B). O evento será realizado no Clube Atlético Monte Líbano, e tem o patrocínio das empresas Nestlé, Amil, Embratel, Serasa, Sodexo e Vivo.

Promovido mensalmente em forma de palestra-almoço, seguida de debate sobre o cenário político e econômico, o fórum reúne diversas lideranças empresariais do país, representadas por cerca de 800 empresários, executivos e autoridades.

Em 2008, já participaram do evento o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima; o governador da Bahia, Jacques Wagner; o presidente do Banco do Nordeste, Roberto Smith; o diretor-presidente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebra), Paulo Okamoto; e o presidente do Banco da Amazônia, Abdias José de Souza Júnior.

Segundo o presidente do Senado, novas empresas substituirão a Conserve, Ipanema e Brasília, que hoje são responsáveis pelo fornecimento de mão-de-obra à Casa

Nova licitação substituirá contratos sob suspeição



Jane Araújo

Substituição das empresas deve ocorrer em até 60 dias, disse Garibaldi. E em 30, sairá edital para concurso do Senado

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, anunciou ontem que a Casa realizará, em até 60 dias, nova licitação para substituir os contratos com as empresas Conserve, Ipanema e Brasília Informática, sobre os quais há suspeitas de fraude, que estão sendo apuradas pela 10ª Vara da Justiça Federal. Conforme disse, até que se publique novo edital os servidores contratados pelas empresas trabalharão normalmente.

O senador informou que designou um antigo servidor da Casa, Florian Madruga – seu chefe de gabinete –, para presidir a licitação, a fim de eliminar quaisquer suspeitas. Segundo afirmou, o 1º secretário, senador Efraim Morais, realmente autorizou os contratos, todos, no entanto, encaminhados a ele pela Comissão de Licitações da Casa.

– Isso não quer dizer que ele tivesse conhecimento das irregularidades e não há naquelas

gravações [mencionadas pela imprensa] nada que leve a uma suspeita com relação ao 1º secretário. Inclusive, ele está de acordo com essa decisão e colocou-se à disposição para colaborar com a iniciativa de proceder a uma licitação em até 60 dias.

Garibaldi observou que os contratos que fornecem profissionais para o Senado não podem ser suspensos, principalmente os que se referem à prestação de mão-de-obra para a TV Senado, sob pena de paralisar o serviço de divulgação diária do trabalho dos senadores.

– A solução encontrada foi fazer com que tivéssemos uma nova licitação que pudesse corrigir o que está sendo questionado. E nós não podemos julgar. O inquérito foi feito pela Polícia e foi entregue à Justiça, que ainda não o concluiu. São oito indiciados.

Um repórter perguntou se as

empresas não poderão questionar a nova licitação.

– Elas podem alegar tudo que elas quiserem alegar, menos perante o Senado, que está decidido a fazer valer a decisão de proceder a uma nova licitação.

Segundo o presidente, os contratos serão rompidos assim que se tenha um novo edital para escolha das empresas.

Sobre a situação do diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, o presidente disse que não pode prejudicar ninguém. Explicou que há um processo na Justiça, que será, a partir de agora, acompanhado pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP).

– Se tivermos conclusões que levem à demissão de servidores, de diretores, elas serão feitas. Por ora, eu não tenho convicção de culpabilidade.

Garibaldi também informou que vai publicar, em 30 dias, o edital para a realização de concurso no Senado.

Ideli: agilidade judicial evitaria candidatos com ficha suja

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) não se surpreendeu com a decisão de ontem do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou improcedente a proposta da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) de que juizes de primeiro grau da Justiça Eleitoral pudessem negar registro de candidaturas a políticos que respondessem a processo criminal.

Para a senadora, a solução seria tornar a tramitação dos processos mais rápida e assim garantir a condenação – e a inelegibilidade – dos culpados, em vez de proibir possíveis inocentes de se candidatarem.

– Era impossível isso não ser derrubado. A presunção da inocência é constitucional. Os parlamentares não deveriam perder tempo discutindo isso e sim buscar meios de agilizar o processo judicial – afirmou a senadora, em entrevista por telefone à Agência Senado.

Ideli Salvatti lembrou ter apresentado um projeto de lei – já aprovado no Senado



Gerardo Magliolo

Senadora acredita que julgamento mais rápido resolveria o problema

e que aguarda votação na Câmara dos Deputados – para acelerar o processo judicial. De acordo com a proposta, processos envolvendo dinheiro público, agentes públicos ou servidores públicos passariam a ter prioridade na tramitação.

A senadora destacou ainda ser a favor da divulgação do nome de candidatos que estejam sendo processados criminalmente, como foi feito pela AMB. Para Ideli, dar informação aos eleitores “é imprescindível”.

Efraim pede divulgação de diálogo seu – se houver

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais, enviou ontem ofício ao diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, em que solicita a divulgação de informações a seu respeito que possam existir em decorrência da Operação Mão-de-Obra, que investigou supostas fraudes em licitações para a terceirização de pessoal no Senado e em outros órgãos públicos.

No documento, o senador pede a divulgação de “qualquer diálogo” – na hipótese de exis-

tir – entre ele e os investigados na operação. Solicita também o encaminhamento das eventuais gravações ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

“Se houver um único centavo que ligue este senador da República aos denunciados da chamada Operação Mão-de-Obra, a Polícia Federal está, desde logo, autorizada a dar ampla divulgação a esses registros”, afirmou ainda o 1º secretário do Senado no ofício.



José Cruz

Informações devem ser enviadas ao Conselho de Ética, disse Efraim Morais

Veja o ofício

“Em vista de matéria jornalística publicada em 6 de agosto do corrente ano, por órgão de imprensa local, a qual insinua, em claro tom sensacionalista, que haveria envolvimento deste senador em suposta fraude ocorrida em licitação realizada pelo Senado, investigada na denominada Operação Mão-de-Obra, informo que ocupei nesta mesma data a tribuna do Senado Federal, ocasião em que declarei publicamente que autorizava previamente ao Departamento de Polícia Federal

que divulgasse qualquer diálogo entre mim e os investigados nessa operação, caso existisse essa gravação feita por interceptação telefônica, bem como o encaminhamento desse conteúdo diretamente ao Conselho de Ética desta Casa. Declarei ainda que autorizava o mesmo procedimento em relação às minhas finanças pessoais, caso surgissem efetivos indícios de meu envolvimento com os fatos investigados. Em suma, declarei que, se houver um único centavo que ligue

este senador da República aos denunciados da chamada Operação Mão-de-Obra, a Polícia Federal está, desde logo, autorizada a dar ampla divulgação a esses registros.

Diante disso, venho à digna presença de vossa senhoria oficializar minhas declarações, manifestando de forma efetiva o meu desejo de que seja dada ampla divulgação aos fatos, caso a Polícia Federal disponha de algum dado sobre o meu envolvimento com o objeto da citada investigação.”



"Expansão da telefonia fixa e móvel, e da internet, foi incrível", diz Geovani

Geovani avalia dez anos de privatização das telecomunicações

Geovani Borges (PMDB-AP) fez um balanço positivo dos dez anos da privatização das telecomunicações. Para ele, a expansão da telefonia no Brasil "foi incrível nesse período".

– Desde julho de 1998, experimentamos um cres-

cimento fascinante no setor. As telecomunicações, no país, são hoje praticamente o único setor de infra-estrutura que não traz nenhuma preocupação quanto à demanda futura – disse.

Geovani Borges informou ainda que os investimentos no setor saltaram de R\$ 3 bilhões para

R\$ 17 bilhões no período. Mas, apesar dos avanços, frisou, há ainda a necessidade de o governo brasileiro promover uma reestruturação institucional das comunicações, aperfeiçoando a legislação do setor, fortalecendo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e aperfeiçoan-

do o atendimento aos usuários da telefonia.

– Clamo, ainda, pela ampliação geral dos serviços, com prioridade para segmentos como telecomunicações rurais, informatização das escolas e da saúde, uso intensivo da banda larga e internet de alta velocidade – sugeriu.

Marina lamenta veto a emenda do zoneamento ecológico

Ex-ministra diz que inciso retirado de MP era o único anteparo que poderia evitar a ampliação da fronteira predatória na Amazônia, a ocupação ilegal e a grilagem

O VETO AO inciso que estabelecia o zoneamento ecológico-econômico como pré-condição para a regularização fundiária na Amazônia foi lamentado por Marina Silva (PT-AC).

A senadora considerou o veto imposto ao inciso IV da Lei 868/93 uma "perda insofismável" em relação ao avanço conseguido durante a tramitação da Medida Provisória 422/08 na Câmara dos Deputados. Marina Silva lembrou que, juntamente com outros 23 senadores, tentou convencer o líder do



Marina Silva: áreas não poderão mais ser regularizadas

governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), a acolher emenda de sua autoria à MP, que permitiria a regularização fundiária nos estados em que foi feito o zoneamento ecológico-econômico.

– Lamento profundamente que essa MP tenha sido aprovada, que a emenda não tenha sido acolhida e que tenhamos

tido veto no único inciso que estabelecia alguma vantagem para proteção, uso sustentável e o combate à grilagem. Essa emenda, caso tivesse sido aceita, evitaria que terras públicas ainda não destinadas na Amazônia e que ainda não fazem parte do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, realizado em 2008, não

podessem ser passíveis de regulamentação. Com isso, protegeríamos uma grande quantidade de áreas florestadas, não permitindo nem estimulando qualquer tipo de ocupação ilegal – explicou.

Marina observou que, sem o acolhimento da emenda, essas áreas não poderão ser regularizadas e nem se pode criar expectativa sobre elas. E acrescentou que, de acordo com o Cadastro Nacional, o Brasil tem 211 milhões de hectares de florestas

públicas, sendo que 94% delas estão na região amazônica. Desse total, continuou Marina, 185 milhões de hectares são florestas protegidas em unidades de conservação federal e terras indígenas; outros 25 milhões de hectares são florestas localizadas em terras sem destinação oficial pública ou privada.

São Luís pode perder título de Patrimônio Histórico

O acervo de casarões antigos de São Luís está sendo degradado a ponto de 50 deles terem sido transformados em estacionamentos públicos, disse Epitácio Cafeteira (PTB-MA). O senador chamou a atenção para os resultados da vistoria feita no centro histórico da capital do Maranhão pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que atestou a degradação.

De acordo com Cafeteira, o presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, informou que São Luís corre o risco de perder o título de Patrimônio Histórico da Humanidade concedido pela Unesco – o braço cultural da Organização das Nações Unidas.

– Lamentável e muito grave



Casarões antigos da capital maranhense estão sendo degradados, alerta Cafeteira

esse processo de descaracterização do centro histórico de São Luís, reconhecido como o mais homogêneo conjunto arquitetônico de origem portuguesa na América Latina. É um verdadeiro atentado à história

e à própria identidade do povo maranhense – protestou.

Na opinião do senador, não há por que culpar o Iphan pelas conclusões da vistoria, quando o Maranhão é que deixou de cuidar do patrimônio histórico de sua capital. Ele disse que, durante seu mandato como governador, a situação foi oposta. O senador se referia ao Projeto Reviver, no qual o centro histórico original da cidade de São Luís, com obras do século 17, foi reconstruído.

– Não podemos compactuar com o desprezo pelo passado. Só podemos compreender o presente, nossa cultura e nossa identidade, percebendo e preservando todos os traços de sua construção, e a arquitetura de antes tem muito a nos dizer.

Cristovam propõe 14º salário para professores do ensino básico

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou a apresentação de projeto que garante o pagamento de 14º salário aos professores e funcionários das escolas que conseguirem melhorar o desempenho e a posição no Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), calculado anualmente pelo Ministério da Educação.

– Isso vai melhorar a qualidade da escola, com o que melhoraremos o futuro da criança e da sociedade brasileira.

O parlamentar afirmou que "copiou a boa idéia" do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, que instituiu a medida no estado. O governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, após conversa com Cristovam, prometeu levar adiante o projeto na capital federal.

Segundo Cristovam Buarque, governadores e prefeitos estão resistindo em aplicar a lei que elevou o piso salarial dos pro-



Cristovam: profissionais de escolas com bom desempenho seriam beneficiados

fessores a R\$ 950, a partir de 2010. O senador convocou os professores a lutarem para que a lei não seja derrubada e a não aceitem a "idéia de inconstitucionalidade".

Cristovam disse ainda que está quase pronto o projeto que cria a carreira nacional do magistério, a exemplo do que existe na Polícia Federal e em outros órgãos federais.

Renan ressalta importância do piso de R\$ 950 na educação

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) destacou ontem que o piso salarial nacional de R\$ 950 para professores da educação básica, que deve estar implementado em todo o país em janeiro de 2010, "é uma conquista". Ele tachou de "exageradas" as estimativas sobre o impacto da mudança nas finanças dos estados e municípios.

Renan ponderou que a educação é fundamental para qualquer país que queira se desenvolver e sustentou não ser digno que professores recebam, como acontece em algumas regiões do Nordeste, menos de um salário mínimo. De acordo com o senador, o piso representará aumento de salário para cerca de 60% dos professores brasileiros.

O parlamentar observou ainda que a nova lei determina, além do piso, que as secretarias de Educação dos estados e municí-



Renan calcula que 60% dos professores brasileiros deverão ter aumento salarial

pios reservem pelo menos 33% da jornada de seus professores para atividades extraclasse. Ou seja, professores com jornada de 30 horas semanais somente podem dar 20 horas de aula.

Renan lembrou que Alagoas enfrentou recentemente uma greve de professores que, no final, elevou o piso salarial do estado para R\$ 946, "o terceiro maior do Nordeste".

Cunhado de Daniel Dantas isenta Kátia Abreu de acusação

O senador Marco Antônio Costa (DEM-TO) comunicou ontem ao Plenário a resposta de Arthur Joaquim Carvalho, acusado pela Polícia Federal de lavagem de dinheiro, à interpelação da senadora licenciada Kátia Abreu, de quem é suplente, isentando-a de ter recebido R\$ 2 milhões para defender

interesses da empreiteira OAS e do empresário Eike Baptista, ao relatar a MP 412/07. Comentários sobre a suposta negociação teriam vazado de escutas telefônicas da Polícia Federal.

Marco Antônio Costa citou ainda matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* dizendo que Carvalho,

cunhado do financista Daniel Dantas, inocenta Kátia Abreu e responsabiliza a Polícia Federal pela "deturpação dos diálogos". Os interesses que teriam sido defendidos pela senadora seriam contrários aos de Dantas.

Adelmir Santana (DEM-DF), Mário Couto (PSDB-PA) e Alvaro

Dias (PSDB-PR) manifestaram apoio à senadora Kátia Abreu.

Marco Antônio Costa também manifestou preocupação com a ameaça de elevação da inflação e com a excessiva carga tributária brasileira.



Marco Antônio comunicou a resposta encaminhada por Arthur Carvalho

Adelmir sugere mobilização nacional contra a violência



Foto de Geraldo Magela

Adelmir pede mudanças nos sistemas penitenciário, judiciário e policial

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) manifestou da tribuna preocupação com o crescimento da violência no Brasil e pediu a mobilização de parlamentares, da sociedade e de todas as esferas do poder na busca de uma solução, já que “a responsabilidade é de todos”.

Ele afirmou que, apesar de “experiências pontuais bem-sucedidas”, a dimensão da violência no país exige soluções que vão além de programas isolados. Ele citou o caso de Santa Maria, no Distrito Federal, que, para chegar ao nível de

homicídio zero, sem registro de assassinato por dois meses consecutivos, fez um trabalho integrado entre as polícias Civil e Militar e o conselho comunitário da cidade.

– É preciso fazer mudanças profundas e de longo prazo nos sistemas penitenciário, judiciário e policial – defendeu.

Adelmir mencionou uma série de dados sobre a criminalidade no país, incluindo os números do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, segundo o qual entre 1996 e 2006 houve um crescimento de 20% nos índices, enquanto a população brasileira aumentou 16,3%. As maiores vítimas, disse o senador, são os jovens com idade entre 15 e 24 anos.

– O número de homicídios no Brasil supera o de países em guerra, como o Iraque.

Citando dados da Organização dos Estados Ibero-Americanos, ele observou que em Nova York ocorrem oito assassinatos por grupo de 100 mil habitantes; em Londres, um; e no Brasil, 21.

– Vivemos uma guerra civil que, a cada ano, fica mais cruel e sem controle – alertou.

Flexa Ribeiro: “Criminalidade está levando o Pará ao caos”



Segundo Flexa Ribeiro, ocorreram em Belém sete homicídios na quarta-feira

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sustentou em discurso que a violência “está levando o Pará ao caos” e que o governo estadual não consegue controlar o aumento da criminalidade. Ele informou que sete pessoas foram assassinadas na região metropolitana de Belém apenas na última quarta-feira.

O senador disse que a revolta da população da cidade de Viseu, que na terça-feira depredou a delegacia e o fórum em represália ao assassinato de um jovem, supostamente por

policiais, “é apenas mais um caso de violência no estado”. Leu trechos de entrevistas de autoridades sobre o caso daquela cidade, inclusive do secretário de Segurança do estado, que admitiu erros na conduta da polícia. Ele lamentou que até o juiz local tenha sido obrigado a fugir da revolta dos moradores.

Flexa Ribeiro também advertiu ser tenso o clima em Serra Pelada, no sudeste do Pará, com a possibilidade de confronto entre grupos rivais de garimpeiros que disputam o poder dentro da cooperativa dos mineradores.

O parlamentar salientou que nesta semana foram invadidas novas fazendas no sul do estado. Disse ter recebido nas últimas horas documentos que denunciam tortura contra presos na penitenciária de Altamira e anunciou que vai pedir à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado providências sobre o caso.

Em aparte, José Nery (PSOL-PA) afirmou que “a polícia é responsável por tudo que aconteceu” na cidade de Viseu.

Mão Santa, Dornelles e Campos apóiam Supremo

Dois decisões adotadas recentemente pelo Supremo Tribunal Federal foram elogiadas em Plenário. Jayme Campos e Mão Santa defenderam o ministro Gilmar Mendes no caso dos *habeas corpus* concedidos a Daniel Dantas. Francisco Dornelles apoiou deci-

são, tomada na quarta-feira pelo STF, que reconheceu o direito legal de políticos que estejam respondendo a processos judiciais registrarem suas candidaturas para as eleições municipais. O STF ratificou a legislação que considera inelegível apenas o condenado em última instância.

Dornelles defende presunção da inocência



Para Francisco Dornelles, “Brasil se orgulha da Corte Suprema que tem”

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) disse ontem que sentia alegria e tristeza pela decisão do Supremo – alegria pelo mérito e tristeza por ter visto 11 ministros, que honrariam qualquer Corte do mundo, terem sido obrigados a permanecer mais de 12 horas em Plenário para ratificar o princípio da presunção de inocência, que é um direito fundamental da pessoa humana.

– É inacreditável que, em pleno século 21, pessoas ainda contestem esse direito que foi ratificado ontem [quarta] pela decisão do Supremo. Eu quero dizer que o Brasil se orgulha da Corte Suprema que possui – afirmou o senador pelo estado do Rio.

Citando o voto do relator, ministro Celso de Mello, Francisco Dornelles assinalou que o princípio da presunção da inocência foi criado para proteger o cidadão do abuso de poder e da preponderância do Estado e está assegurado em todas as declarações internacionais de defesa dos direitos humanos.

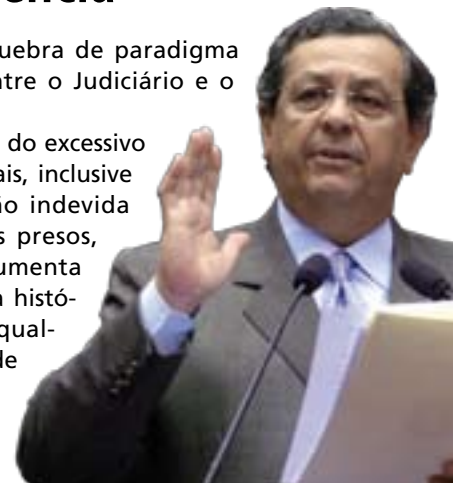
Jayme Campos destaca advertência

Jayme Campos (DEM-MT) elogiou ontem a atuação do ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, que alertou para “um certo caráter de deformação da estrutura institucional do país, com a atitude sensacionalista e abusiva de alguns setores da Polícia Federal”. O ministro, disse o senador, intui que “há na sociedade um sentimento de medo”.

Na opinião de Jayme Campos, as declarações de Gilmar Mendes, “tanto pela estatura de sua posição no concerto político nacional, como presidente da mais alta corte judiciária do país, quanto por seu reconhecido saber técnico, soaram como advertência para

uma possível quebra de paradigma nas relações entre o Judiciário e o Executivo”.

– Ao reclamar do excessivo rigor dos policiais, inclusive com a exposição indevida da imagem dos presos, o ministro argumenta que “não há na história do mundo qualquer exemplo de país que tenha preservado a democracia transformando a polícia em poder” – assinalou.



Jayme Campos apóia reflexões de ministro sobre limites da investigação

Mão Santa: Justiça tem que ser preservada



Mão Santa lembra princípio da interdependência dos Poderes

O senador Mão Santa (PMDB-PI) manifestou apoio ao presidente do STF, Gilmar Mendes, que foi censurado recentemente por supostamente agir com parcialidade no julgamento dos pedidos de *habeas corpus* de Daniel Dantas.

Aludindo à tentativa de *impeachment* contra o ministro Gilmar Mendes, encaminhada à Mesa do Senado pela Central

Única dos Trabalhadores (CUT) antes do recesso parlamentar, Mão Santa defendeu o princípio da independência dos três Poderes estabelecido na Constituição.

– A Justiça comete erros. Os italianos já diziam: “*Errare humanum est*”. Ela é uma inspiração divina, mas é feita por homens. Mas ela tem que existir, tem que ser preservada, aprimorada, respeitada e entendida.

Mão Santa elogiou discurso feito ainda nesta semana por Fernando Collor (PTB-AL) em apoio a Gilmar Mendes. O senador disse que ele e Collor estavam “contribuindo para a democracia”.

Heráclito cobra solução para aeroporto do PI

Ao relatar acidente ocorrido ontem no aeroporto de Teresina, provocado pelo choque de um urubu com a fuselagem de uma aeronave da TAM que transportava 111 passageiros, Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou o governador do Piauí, Wellington Dias, por ter anunciado uma licitação para reforma e ampliação do aeroporto que, a seu ver, é apenas “um remendo”.

– O Piauí, pela sua importância, por Teresina estar localizada na confluência de dois rios, por ser centro médico de excelência que atende não só o nosso estado, mas também os estados vizinhos, por ser um centro de compras e por ter movimentação aeroportuária crescente, não pode aceitar de maneira nenhuma remendos dessa natureza.



Heráclito é contra “remendos” no terminal de Teresina

Alvaro homenageia Paulo Pimentel

Alvaro Dias (PSDB-PR) homenageou em Plenário o empresário e ex-governador do Paraná Paulo Pimentel. Anunciando o lançamento do livro *Paulo Pimentel, momentos decisivos*, do jornalista Hugo Sant’ana, o senador reconheceu a contribuição importante dos veículos de comunicação dirigidos pelo político paranaense na luta pela redemocratização do país durante o regime militar.

– Paulo Pimentel oferecia os seus veículos para que a oposição pudesse ter voz. Participou de forma significativa da redemocratização – afirmou Alvaro, observando que, embora Pimentel integrasse a Arena, o partido do governo, “não permitiu que as imposições ditatoriais prevalescessem sobre as suas convicções democráticas”.



Alvaro Dias destaca a luta do político pela redemocratização

Senadores comemoram crescimento da renda das famílias brasileiras, mas destacam necessidade de mais investimentos em educação e saúde

Viana celebra redução da pobreza

DIZENDO-SE "ENTUSIASMADO", TIÃO Viana (PT-AC) festejou os resultados do levantamento "Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano", do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado na terça-feira, o qual revelou que mais da metade das famílias brasileiras integram a classe média, com renda superior a R\$ 1.090 por mês. O senador ressaltou que o trabalho, que comparou os anos 2002 e 2007, mostra uma redução de 12,7% para 6,6% na porcentagem de famílias em pobreza extrema.

Segundo o senador, a classe média, que representava 44% das famílias do país em 2002, agora soma 52%.

Viana considerou da maior importância que o percentual de famílias pobres tenha se reduzido, no período, de 35% para 24%. "O crescimento econômico com maior justiça social também vem aumentando o número de ricos do país, que subiu de 0,8% para 1% da população", disse.

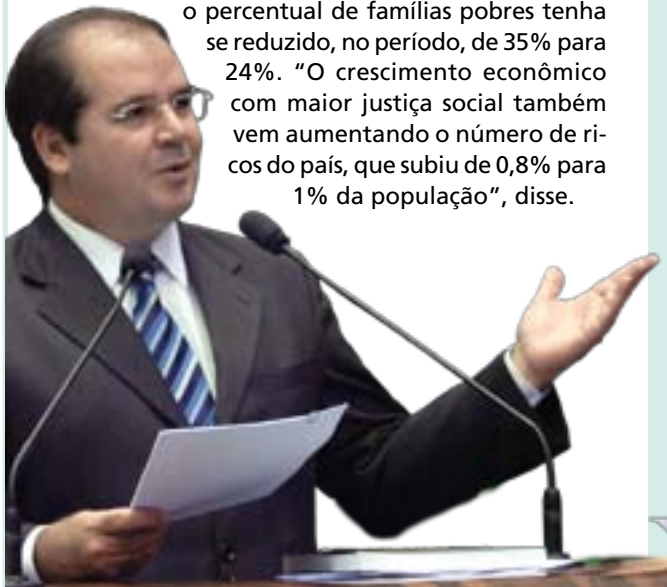


Foto de Geraldo Magela

Classe média está crescendo, diz Augusto

O CRESCIMENTO DA classe média brasileira foi comemorado por Augusto Botelho (PT-RR). O senador comentou o estudo "A Nova Classe Média", de Marcelo Neri, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), segundo o qual o segmento alcançou quase 52% do total de habitantes do país.

De acordo com a pesquisa da FGV, uma família é de classe média quando tem renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591. O senador destacou o fato de o resultado ter sido influenciado pelo aumento da oferta de emprego e pelas políticas de valorização do salário mínimo e de distribuição de renda implementadas pelo governo federal.

Augusto também criticou a falta de mão-de-obra especializada no Brasil devido à precariedade do sistema de ensino.

– Embora o governo Lula esteja investindo na área, principalmente com a criação de escolas técnicas em todo o país, a qualidade do ensino ainda deixa a desejar.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiou o pronunciamento.

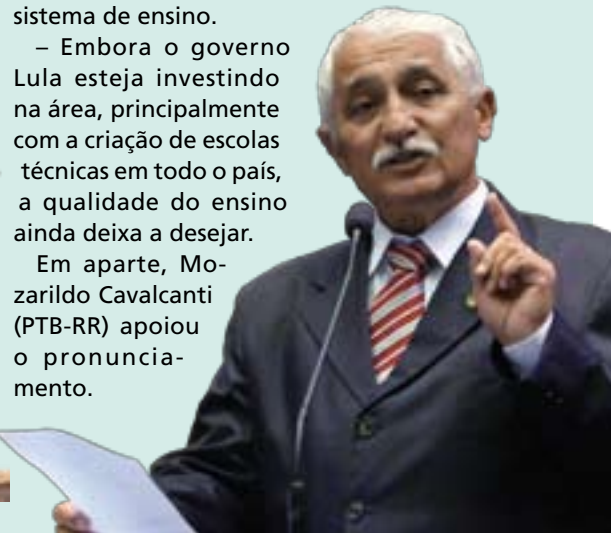


Foto de Geraldo Magela

Mário Couto: não há o que comemorar

NA OPINIÃO DE Mário Couto (PSDB-PA), não há motivos para comemorar o aumento da classe média no Brasil "se ainda faltam saúde, educação e segurança, se as estradas federais estão esburacadas, se a inflação está retornando, se os aposentados passam fome e se o governo não diminui seus gastos".

O senador afirmou que a diminuição da pobreza é resultado do programa Bolsa Família, que é criticado por vários técnicos e especialistas "por não oferecer uma saída para os seus beneficiários".

– É isso que se tem para comemorar neste país? Será que a miséria dos aposentados e pensionistas que morrem à míngua é o que se tem? – questionou.

Mário Couto creditou "à irresponsabilidade e à incompetência administrativa" da governadora petista do Pará, Ana Júlia Carepa, a morte de 280 bebês na Santa Casa de Misericórdia, em Belém, e outros escândalos ocorridos no estado.

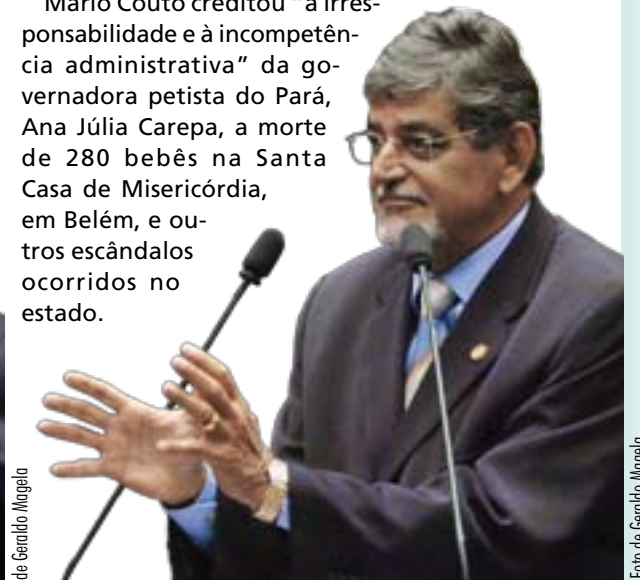


Foto de Geraldo Magela

Jefferson Praia destaca aumento na arrecadação do FAT neste ano

A notícia de que receita das empresas elevou a arrecadação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em 32% no primeiro semestre deste ano em relação a igual período de 2007, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, foi comemorada por Jefferson Praia (PDT-AM).

Na avaliação do senador, o aumento da arrecadação do FAT vai favorecer a agricultura familiar e os micro e pequenos negócios. "Também poderá contribuir na geração de empregos e na melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda", disse.

– Com maiores recursos para investimentos na qualificação profissional, muitos sairão da situação desesperadora do desemprego. Empregos existem, mas, infelizmente, milhares de



J. Freitas

Para Jefferson Praia, microempresas e agricultura familiar serão beneficiadas

brasileiros, por não estarem preparados, não atendem às demandas do mercado – afirmou.

Para Jefferson Praia, o incremento na arrecadação do FAT também vai contribuir para a qualificação profissional dos estudantes que concluem o ensino médio.

Paim considera positivo cenário do país

Ao homenagear o centenário de nascimento do geógrafo, médico e político Josué de Castro, autor, entre outras obras, de *Geografia da fome*, Paulo Paim (PT-RS) comentou os recentes dados do Ipea e da FGV que demonstram a diminuição da pobreza e a expansão da classe média.

Na interpretação do senador, além da política de valorização do salário mínimo e do crescimento da geração de empregos, diversos programas do governo federal tiveram papel preponderante para o país chegar nesse "cenário positivo": Bolsa Família, Luz para Todos, Fome Zero, ProUni, Plano Agrícola e Pecuário, Plano Nacional para a Agricultura Familiar, Programa Brasil Exportador, Farmácia Popular, Brasil Alfabetizado, Programa de Habitação Popular, entre outros.

O estudo do Ipea, continuou Paim, mostra que a taxa de pobreza nas seis maiores regiões metropolitanas do Brasil caiu 10,9% de 2003 a 2008.

– Ora, se quase 4 milhões de pessoas vivem em uma situação melhor, só posso dizer que é bom. Vou dizer que é ruim? Seria uma incoerência – avaliou Paim, acrescentando que, no período, o número de indigentes caiu 43%.

Rubéola

Paim aproveitou para conclamar a população a participar da campanha Brasil Livre da Rubéola, do Ministério da Saúde, que terá início no próximo sábado e se estenderá até o fim de setembro.



Foto de J. Freitas

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Paulo Paim •
• Virgínio de Carvalho

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e

Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Marisa: direitos de índios exigem exame atento



Comunidades poderão se declarar nações, diz Marisa

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) pediu ontem ao Senado que, ao examinar a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Indígenas, que ainda não chegou ao Congresso, analise atentamente a questão da soberania nacional. Segundo a senadora, o documento traz a possibilidade de as tribos se declararem nações – condição que garante o direito à autodeterminação e a realização de acordos com outros países, o que, para a senadora, criaria “verdadeiros guetos”, protegidos, inclusive, da atuação dos militares brasileiros.

– Não estou contra a autodeterminação, desde que a nação brasileira e a soberania nacional estejam acima das questões dos grupos e etnias que povoam nosso país – explicou.

Mozarildo denuncia atuação de ONGs

Em pronunciamento, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que ONGs transnacionais querem transformar as terras indígenas da região reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, em uma área autônoma independente. Ele afirmou que, em sua interpretação, “está-se construindo uma nação com “aceitação internacional” na fronteira com a Venezuela. Mozarildo leu trecho de artigo do jornalista Carlos Chagas, no jornal *Tribuna da Imprensa* de ontem, que descreve a retirada da bandeira brasileira hasteada na Vila de Surumu, município de Pacaraima – na fronteira com a Venezuela –, por integrantes do Conselho Indígena de Roraima (CIR), entidade que reúne ONGs, segundo o jornalista, financiadas por organizações estrangeiras.



Senador teme criação de nova nação na fronteira

Ocupantes reivindicam posse no Setor Noroeste de Brasília

Lideranças indígenas disseram ontem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que não querem sair da chamada Reserva Indígena do Bananal, localizada próximo ao Parque Nacional de Brasília e ocupada por eles desde 1958. Awamirim e Santxiê Tapuya participaram da audiência que debateu a situação da área, escolhida pelo governo do Distrito Federal para abrigar o Setor Noroeste, bairro que deverá receber 40 mil habitantes de alta renda.

Santxiê afirmou que é preciso respeitar a determinação constitucional que garante ao índio o direito à terra que ocupa. Já Awamirim, presidente da Associação Cultural dos Povos Indígenas (ACPI), disse que a especulação imobiliária é responsável pelo conflito que está ocorrendo em torno da área do Bananal.

O advogado do Conselho Tribal da Reserva Bananal, Arão Guajajara, pediu aos senadores da CDH que exijam da Funai a

formação de um grupo de trabalho para discutir a questão.

A representante da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão de Índios e Minorias do Ministério Público Federal (MPF), Luciana Loureiro Oliveira, informou que ainda não há estudo técnico que comprove a existência de povos indígenas no local. Já o defensor público da União Danilo de Almeida Martins observou que há um estudo que confirma tratar-se de terra indígena.

A diretora técnica da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), Ivelise Longhi, afirmou que, ao constatar a existência de índios no local, o órgão procurou a Fundação Nacional do Índio (Funai) e apresentou duas propostas. Segundo Ivelise, os índios não se pronunciaram.

O secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, Ivair Augusto Alves dos Santos, quer que as negociações considerem a “plenitude dos valores culturais” da comunidade indígena.



Representantes indígenas afirmam a senadores que estão no local desde 1958

Senadores da Comissão de Direitos Humanos visitam área

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) visitará a Reserva Indígena do Bananal e o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, para discutir a construção do Setor Noroeste, onde se localiza a área. A decisão foi tomada pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), por sugestão do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Paim decidiu ainda, a partir de proposta do senador José Nery (PSOL-PA), que o colegiado realizará seminário para aprofundar o assunto.

Cristovam afirmou que é preciso entender tanto o direito dos índios à terra, a qual ocupam desde 1958, como a demanda por habitação no DF.

– Não se trata apenas de uma questão de urbanismo e moradia. Estamos discutindo o futuro de uma civilização – frisou Cristovam.

José Nery defendeu a realização de uma campanha em defesa dos direitos indígenas e a criação, no Congresso Nacional, de um grupo de parlamentares que se prontifiquem a resguardar o interesse desses povos.

– O que é lamentável é que uma certa mentalidade egoísta das classes dominantes trate essa questão com desprezo.

A senadora Marina Silva (PT-AC) propôs a construção de um espaço, dentro do Setor Noroeste, para abrigar a comunidade indígena.

CPI da Pedofilia ouvirá este mês a direção da Microsoft

Plano de trabalho do segundo semestre inclui audiências com dirigentes do portal MSN/Hotmail, dos sites Facebook e Bebo e depoimentos de autoridades e denunciados



Magno Malta (E) preside reunião, ao lado do senador Virgínio de Carvalho

EM REUNIÃO REALIZADA ontem, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia aprovou o plano de trabalho para o segundo semestre, incluindo audiências públicas com dirigentes da empresa Microsoft e do portal MSN/Hotmail no Brasil, além de representantes dos sites de relacionamento Facebook e Bebo. Também foram aprovadas datas para tomadas de depoimentos de envolvidos em denúncias de pedofilia e para audiências com autoridades ligadas à proteção dos direitos humanos, da Coordenação Geral de Polícia Criminal Internacional (Interpol) e do Ministério Público, entre outras.

Na próxima terça-feira, serão ouvidos pela CPI Alexander Ladislau e Silas Cabral, ambos citados em depoimentos de envolvidos na Operação Arcanjo, deflagrada em Roraima para

investigar denúncias de abuso sexual contra crianças naquele estado. Na terça-feira seguinte (dia 19), a CPI realizará audiência pública com Osvaldo Barbosa de Oliveira, diretor-geral do MSN/Hotmail no Brasil, Eduardo Fumes Parajo, presidente da Associação Brasileira de Provedores Internet (Abranet), e representantes do Facebook e do Bebo. Os senadores buscarão, no debate, formas de cooperação para reprimir o uso da internet para a prática da pedofilia.

Para o dia 2 de setembro, está agendada audiência pública com a participação, entre outros, do secretário especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo de Tarso Vannuchi. Ainda foram agendados debates para 11 e 25 de setembro e 6 de novembro.

Vítimas de abuso sexual no Espírito Santo serão ouvidas

A CPI da Pedofilia promoverá, entre 15 e 17 de agosto, em Vitória, reunião para ouvir cerca de dez menores vítimas de abuso sexual e tomar o depoimento de quatro acusados da prática do crime no estado do Espírito Santo. A atividade integra o plano de trabalho aprovado ontem. Os senadores do colegiado ainda farão, neste semestre, outras seis viagens para realização de oitivas nos estados.

Em Vitória, serão ouvidos Edson Fernandes de Miranda, Davino Afonso de Oliveira, Davi Martins Bicalho e Orlando Gil Meira, todos acusados de abuso sexual contra crianças. A CPI aprovou ainda requerimento

solicitando cópia do processo contra Miranda, que corre em segredo de Justiça. Os outros três acusados já respondem a processos e encontram-se encarcerados em presídios do estado.

A segunda reunião para tomada de depoimentos da CPI, a ser realizada fora de Brasília neste semestre, ocorrerá em Manaus e está programada para os dias 21 e 22. Entre os convocados a falar aos senadores, está Nilton Costa Simões, denunciado por prática de pedofilia.

Em setembro, os integrantes da CPI da Pedofilia realizam oitivas em São Luís, nos dias 4 e 5, e em João Pessoa, nos dias 18 e 19.

Comissão apóia investigações do caso Madeleine

O senador Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI da Pedofilia, defendeu a ampliação das ações da comissão, visando à colaboração internacional para coibir a exploração sexual de crianças. Anunciou ainda apoio à investigação do caso da menina Madeleine McCain, desaparecida em Portugal há pouco mais de um ano, e a entrega ao embaixador da Índia, Hardeep Singh Puri, de dados sobre pedofilia naquele país.

Malta informou que colocará à disposição das polícias da Inglaterra e de Portugal os dados sigilosos sobre pedófilos que utilizavam o site de relacionamento Orkut, obtidos pela CPI junto ao Google. Conforme observou, o material poderá ajudar a encontrar Madeleine McCain, uma vez que as autoridades britânicas consideram que a menina pode ter sido seqüestrada por encomenda de uma rede de pedófilos.

Ao comentar a audiência pública a ser realizada com o embaixador da Índia, aprovada pela CPI, o senador destacou a entrega de dados obtidos a partir da quebra de sigilo dos 3.261 álbuns fechados do Orkut. No processo de triagem do material, foram identificados mais de 40 álbuns com imagens pedófilas criados a partir de computadores localizados na Índia. Pelas informações que serão entregues, as autoridades indianas terão como localizar e identificar os responsáveis pelas imagens.

Novas investigações

Segundo informou Magno Malta, a CPI deverá receber, na próxima semana, material referente à quebra de sigilo de outros 18.330 álbuns fechados do Orkut, solicitados ao Google em julho. Os álbuns foram identificados a partir da triagem de denúncias feitas à ONG Safernet. Assim como na primeira quebra de sigilo de álbuns do Orkut, a comissão terá o auxílio da Safernet para a triagem.

Oradores destacam, em sessão especial requerida por Jarbas Vasconcelos e Cristovam Buarque, a atuação do geógrafo, médico e político pernambucano em defesa do combate à miséria e ao subdesenvolvimento

Senadores reverenciam a luta de Josué de Castro contra a fome

A LUTA DO geógrafo, médico e político pernambucano Josué de Castro contra a fome foi reverenciada ontem em sessão especial do Senado, pelo transcurso do centenário do seu nascimento. Ao abrir a sessão, o presidente da Casa, Garibaldi Alves, chamou para compor a Mesa o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; o prefeito do Recife, João Paulo Lima e Silva; a presidente do Centro Josué de Castro, Teresa Sales; a filha do homenageado, socióloga Anna Maria de Castro; e os senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Cristovam Buarque (PDT-DF), autores do requerimento da homenagem.

Jarbas afirmou que Josué de Castro foi o profeta no combate à fome e à miséria, sempre tentando modificar a história do país para melhor. Por sua vez, Cristovam Buarque frisou que considera o homenageado uma das maiores personalidades que conheceu.

Pela liderança do Democratas, Marco Maciel (PE) disse



Cristovam, Teresa, Patrus Ananias, Jarbas, Anna Maria de Castro e João Paulo

que o intelectual pernambucano teve reconhecimento internacional, com uma marca diferenciada: a luta contra a fome e a miséria.

Pedro Simon (PMDB-RS) e José Nery (PSOL-PA) destacaram a cassação dos direitos políticos de Josué de Castro como um dos primeiros atos do regime militar instaurado no Brasil em 1964. Ambos lembraram que ele morreu no exílio, em Paris.

Em nome do PMDB, Geovani Borges (AP) observou

que o geógrafo ficaria muito satisfeito, se vivo fosse, ao tomar conhecimento de que a pirâmide social brasileira “começa a se inverter”. O senador referia-se a recente pesquisa dando conta de que milhões de brasileiros ingressaram na classe média.

Marina Silva (AC), em nome do PT, recordou frase do ex-senador e antropólogo Darcy Ribeiro – já falecido – segundo a qual Josué de Castro foi “um intelectual brilhante”.

Josué de Castro fez da luta

contra a fome sua maior bandeira. Publicou, aos 38 anos de idade, sua obra de maior repercussão nacional e internacional, *Geografia da fome*, editada em 1946 e traduzida para mais de 25 idiomas.

Miséria

Na obra, o escritor realizou o mapeamento do Brasil a partir de suas características alimentares, demonstrando uma situação clara de desnutrição, sofrimento e miséria no país, que ele atribuiu a sistemas econômicos e sociais que deveriam ser colocados em benefício da população, mas que são desviados para outras finalidades.

Josué de Castro chefiou a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e foi deputado federal pelo PTB de Pernambuco. Na França, criou o Centro Internacional de Desenvolvimento e lecionou Geografia Humana na Universidade de Paris. Também exerceu o cargo de presidente da Associação Médica Internacional para o Estudo e Condições de Vida e Saúde.



José Nery critica perdão para responsáveis por atos de tortura

Para José Nery, Lei da Anistia deve ser revista

José Nery (PSOL-PA) apoiou ontem a revisão da Lei da Anistia para evitar que seja usada para inocentar responsáveis por atos de tortura durante o regime militar (1964-1984). O senador manifestou-se em razão dos debates recentes sobre a revisão, à qual é favorável o ministro da Justiça, Tarso Genro.

– A Lei da Anistia não incorporou o perdão para os torturadores. A reação das forças conservadoras, inclusive dos militares da reserva, é sintomática nas feridas abertas que precisam ser expostas e tratadas. Crime de tortura é crime hediondo, crime contra a Humanidade. Não pode haver perdão, tem que haver punição – declarou o parlamentar.

Segundo ele, a Lei da Anistia foi uma importante conquista do povo brasileiro e que se viabilizou quando ocorreu “o enfraquecimento da ditadura militar”. Mas, na opinião de Nery, os militares acabaram se beneficiando de uma brecha da legislação que tratava de crimes conexos para também serem anistiados.

O parlamentar do PSOL observou que o debate que está sendo realizado no Brasil é influenciado pela postura dos países vizinhos que passaram igualmente pela experiência de regimes políticos traumatizantes no mesmo período.

No ano de 2005, a Corte Suprema de Justiça da Argentina considerou que eram incompatíveis com a Convenção Americana de Direitos Humanos as leis que impediam o julgamento de violações cometidas no regime ditatorial, o que abriu a possibilidade de julgamento de militares por crimes praticados durante a repressão. Igual procedimento teve a Justiça chilena. Tratamentos semelhantes teriam se dado no Uruguai e no Peru, conforme Nery.

Conceitos

O parlamentar paraense fez questão de mencionar alguns conceitos de tortura previstos em acordos internacionais ou elaborados por figuras destacadas.

Em 1994, o então cardeal de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, escreveu sobre a tortura no prefácio do livro *O dossiê dos mortos e desaparecidos políticos no Brasil*: “Tocar nos corpos para machucá-los e matar. Tal foi a infeliz, pecaminosa e brutal função de funcionários do Estado em nossa pátria brasileira, após o golpe militar de 1964”.

Obra é reconhecida em todo o mundo

Um dos autores do requerimento de homenagem, Jarbas Vasconcelos disse que lembrar a vida e a obra de Josué de Castro é a mesma coisa que manter acesa a luta contra a pobreza, a fome e o subdesenvolvimento.

O senador destacou que o médico foi o primeiro cientista brasileiro a ter reconhecimento internacional. O seu livro mais conhecido, *Geografia da fome*, editado em 1946, recebeu tradução em mais de 25 idiomas, lembrou.

Apesar de ser favorável à consolidação de um forte mercado consumidor no Brasil, Jarbas observou que isso não é suficiente para se construir uma sociedade mais justa. Para ele, existe uma grande fome a ser combatida: a do conhecimento, como há anos Josué de Castro já havia previsto.

Respeito

Cristovam Buarque, também autor do requerimento, assinalou que o homenageado conseguiu juntar três quesitos em uma só pessoa, o que, a seu ver, é raro: ser um intelectual admirado; possuir uma atividade transformadora na política; e ser respeitado em todas as áreas por onde passou.

Ele observou que o estudioso sempre defendeu a idéia de que a pura industrialização não significa que um determinado país tenha menos pobreza. Segundo o cientista, contou Cristovam, a miséria não poderia ser erradicada caso não houvesse distribuição da riqueza.

Em seu discurso, Marco Maciel afirmou que Josué de Castro foi “um homem do mundo, mas sempre fiel a sua terra natal”. Na homenagem, Marina Silva voltou a defender avanços no combate à pobreza e na inclusão produtiva e social.

Exposição no Senado mostra a trajetória do intelectual

Como parte da homenagem ao geógrafo, o Senado promove, no Salão Branco, a exposição *Josué de Castro: Por um Mundo sem Fome*, preparada e patrocinada pela Fundação Banco do Brasil e que faz parte da programação do Projeto Memória.

A mostra, que ficará aberta até o dia 22 de agosto, foi inaugurada ontem, às 14h30, com a presença do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; da filha de Josué, a socióloga Anna Maria de Castro; do senador Cristovam Buarque; e do bispo de Duque de Caxias (RJ), dom Mauro Morelli.

A exposição compõe-se de um conjunto de *banners* com fotos, depoimentos, trechos de livros do geógrafo e registros de sua trajetória de militante contra a fome. A mostra é itinerante e já passou por 800 municípios brasileiros.

Depoimentos

A mostra registra momentos importantes da vida política de Josué de Castro, como a criação do Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (que hoje leva o nome do médico) e reserva, também, espaço para depoimentos de pessoas que reconhecem a influência da convivência com o geógrafo e sua vasta obra literária. Entre esses depoimentos, encontram-se o do sociólogo Betinho, o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o do músico Chico Science.

Simon e Nery lembram cassação do estudioso

Ao se referir à cassação de Josué de Castro pelo regime militar, Pedro Simon afirmou que o homenageado, que dizia que a causa da fome é política, foi cassado por motivos políticos. Já José Nery disse que o Brasil tem fome de justiça em relação aos crimes como a cassação do geógrafo pernambucano, as torturas e os assassinatos cometidos durante a ditadura.

O senador Mão Santa (PMDB-PI), da mesma forma que Simon e José Nery, enfatizou a necessidade de desenvolvimento econômico e de criação de empregos para o combate à fome. O representante do Piauí destacou a formação profissional de Josué de Castro como médico e pesquisador da fome.

Dignidade

Pedro Simon acrescentou que a Constituição brasileira diz que todo cidadão tem direito ao trabalho e deve receber uma remuneração para viver com dignidade com sua família. Por sua vez, José Nery citou os efeitos negativos que a concentração de recursos – terras e investimentos – na produção de matérias-primas para os biocombustíveis pode causar para o abastecimento alimentar do planeta.

Falando à tarde, João Pedro (PT-AM) associou-se aos oradores que participaram da sessão especial. Ele afirmou que não pôde comparecer à sessão, mas ressaltou a luta de Josué de Castro contra a miséria e sua convicção no combate à fome.

O senador destacou estudo da Fundação Getúlio Vargas que aponta redução da pobreza e crescimento da classe média nos últimos seis anos, mas disse que o país precisa avançar no combate às desigualdades. Em aparte, Jefferson Praia (PDT-AM) defendeu a adoção de programas de qualificação profissional para a população mais pobre.